

As Const Exército não quer mudança na Constituição

12 JUN 1986

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, pretende trabalhar política e inteligentemente e, se necessário, junto a cada constituinte, com o intuito de evitar que o futuro texto constitucional sofra alterações, a exemplo do que ocorreu com o anteprojeto apresentado pela Comissão Afonso Arinos.

"Vamos fazer todas as coisas que podem ser feitas num regime democrático. Seremos os tarefeiros dos nossos interesses", enfatizou o general Leônidas Pires, ao se referir ao ponto considerado primordial pelos militares no atual e futuro textos constitucionais: a responsabilidade das Forças Armadas na manutenção da lei e da ordem.

Contradição

Embora, paradoxalmente, o Ministro considere que o atual texto elaborado pela Comissão Provisória para Assuntos Constitucionais traz implícita a manutenção da lei e da ordem, quando faz referência à garantia dos poderes constitucionais, não recua na sua pretensão de evitar a todo custo mudanças no capítulo das Forças Armadas.

"Eu acho que o texto histórico, além de respeitável, é muito apropriado para o nosso País. As Forças Armadas nunca foram intrusas na história do Brasil. Elas foram instrumento da vontade nacional".

Aeronáutica

O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, afirmou on-

tem no Palácio do Planalto, que a comissão designada pelos ministérios militares para atuar no âmbito da comissão Afonso Arinos vai continuar trabalhando para dar ao artigo que trata do papel das Forças Armadas um texto ajustado «à tradição republicana».

Octávio Moreira Lima, que despachou ontem à tarde com o presidente Sarney, afirmou que apesar do artigo já estar pronto, ainda está sujeito a discussões, acrescentando que, nesse sentido, os representantes das Forças Armadas na comissão Arinos continuarão mostrando o ponto de vista dos militares sobre a questão.

"A nossa posição é de diálogo no momento em que se está elaborando o anteprojeto da Constituição», assinalou.

O Ministro disse, ainda, que quando a Constituinte se instalar, as Forças Armadas também estarão representadas no Congresso. Informou também que os assessores parlamentares dos ministérios militares entrarão em contato com as lideranças parlamentares para expor os pontos de vista da categoria sobre certos temas.

Interrogado sobre a violência no campo, Moreira Lima frisou que a avaliação desse assunto é uma atribuição «exclusiva do Ministro da Justiça». Caso o Ministro entenda que é necessário o apoio das Forças Armadas, então poderá manifestar isso ao presidente Sarney, explicou.